

# CRITÉRIOS PARA EDIÇÃO CONSERVADORA DO *DIETÁRIO* (1582-1815) DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DA BAHIA

Dra. Alícia Duhá Lose<sup>1</sup>  
(Faculdade São Bento da Bahia e UFBA/FAPESB)

**RESUMO:** Pretende-se discutir questões sobre os critérios da edição de caráter conservador do *Dietario das vidas e mortes dos Monges, q' falecerão neste Mosteiro de S. Sebastião da Bahia da Ordem do Principe dos Patriarchas S. Bento*, manuscrito em um volume, que relata a história de cada monge que passou pelo Mosteiro de São Bento da Bahia, desde a sua fundação, em 1582, até 1815. Por ter sido escrito ao longo de vários anos, o documento apresenta, pelo menos, 5 mãos diferentes, cada scriptor com características peculiares de grafia, formas específicas de abreviaturas, quantidade de linhas por fôlio, vocabulário, etc. O trabalho de edição deste documento, por sua vez, se iniciou há quase 80 anos e também passou 5 diferentes mãos, sendo que o primeiro editor introduziu uma série de emendas no texto. Desta forma, para edição deste material bastante heterogêneo, fez-se necessário o estabelecimento critérios e sua adaptação ao longo das transcrições, para que abarquem uma gama significativa de peculiaridades.

**Palavras-chave:** Dietário. Mosteiro de São Bento da Bahia. Edição diplomática. Critérios de Edição

## Introdução

Este trabalho objetiva apresentar os critérios utilizados para as edições *Dietario das vidas e mortes dos Monges, q' falecerão neste Mosteiro de S. Sebastião da Bahia da Ordem do Principe dos Patriarchas S. Bento*, documento de leitura diária no refeitório do Mosteiro de São Bento da Bahia. Faz-se, primeiramente, um apanhado teórico sobre análise lingüística de textos e os objetivos de edições de caráter conservador, baseando-se para tal em Ritas Marquillas, Claire Blanche-Benveniste, Cano Aguilar, Martinez Ortega, entre outros. Posteriormente, apresenta-se o documento a ser editado, o processo histórico da sua edição, suas características extrínsecas e os critérios propostos para edição conservadora. Por fim, apresentam-se exemplos de análise grafemático-fonética e de abreviaturas.

Tal pesquisa, em caráter de pós-doutoramento, está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da UFBA, sob a orientação da Profa. Dra. Célia Marques Telles, e financiada pela FAPESB. Todo o trabalho se realiza no Centro de Documentação e Pesquisa do Livro Raro, da Biblioteca Histórica do Mosteiro de São Bento da Bahia, com infra-estrutura disponibilizada pelo próprio Mosteiro.

## 1 Edição e análise de textos

---

<sup>1</sup> Alícia Duhá LOSE, Bolsista de pós-doutorado da FAPESB Doutora em Letras e Lingüística (UFBA), Mestre em Letras (UFBA), Licenciada em Letras (Faculdade São Bento da Bahia / Centro de Documentação e Pesquisa do Livro Raro) (Universidade Federal da Bahia / Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística)  
E-mail: alicialose@gmail.com

Abrindo espaço para textos outros, a filologia textual, em nossos dias, se depara com dificuldades outras. Nos variados tipos de documentos, o estudo das grafias também é interessante já que, adverte Martinez Ortega, ao não se tratar de textos literários e apresentar diferentes mãos na escritura, mostram um panorama mais amplo dos usos da época. A característica na grafia é seu emprego aparentemente caótico, seqüela inevitável do reajuste fonológico (MARTINEZ ORTEGA, 1999, p. 19).

Normalmente, a causa dos desvios lingüísticos é devida à inaptidão do *scriptor*, o que pode acarretar os mais variados tipos de “erros”, como inversão de letras de uma sílaba ou palavra, omissões de letras, de cedilhas, inadequada divisão silábica.

Procurarem-se traços de oralidade na língua escrita é um hábito corrente, posto que esta é a única forma de se alcançar alguma explicação sobre ela, já que línguas distantes no tempo só podem ser compreendidas através de testemunhos escritos, e neles, isolados e raros traços da oralidade. No entanto, para isso, o pesquisador em geral deve buscar textos que recorrem supostamente à língua *coloquial*, ou aqueles textos que por sua natureza parecem estar mais distantes da pressão normativa, como cartas privadas e documentos jurídicos, e, portanto, podem refletir melhor os processos de troca que, em um primeiro momento, são considerados erros e incorreções. Porém, estas informações serão sempre relativas e pobres, porque, no caso da linguagem jurídica, por exemplo, há o uso de fórmulas rígidas e de um jargão específico, lembrando que quanto mais “vulgar” for o texto, mais estereotipada será a sua forma lingüística (CANO AGUILAR, 2000). Assim sendo, destes textos podem-se extrair dados sobre erros gráficos que representam trocas fonéticas ou empregos de formas lexicais, no entanto, dificilmente será encontrado algo que reflita os modos próprios de construção da língua falada do passado (CANO AGUILAR, 2000, p. 171).

Para Bloomfield (1964), a escrita é somente um modo de registrar a língua por meio de marcas visíveis, ressaltando que a escrita é, exceto em certas questões de detalhes, meramente um recurso externo, como o uso de um fonógrafo, que permite preservar para a nossa observação alguns aspectos da fala de épocas passadas. Núñez Contreras (1994, p. 127), por sua vez, afirma que não existem, na escrita, recursos inequívocos para marcar o ritmo da *entonação*. A correlação entre os signos de pontuação e as diversas curvas melódicas é mais ou menos incidental. Na maioria dos casos, continua ele, tais signos não estão a serviço de certos aspectos da fala, senão que se prestam para delimitar unidades conceituais como a oração, antes correspondem necessariamente a pausas ou tonalidades distintivas.

Rita Marquilhas (2000, p. 229-230), ao se referir à expressão “erros de ortografia” esclarece que ela, apesar de parecer inadequada, é bastante esclarecedora, porque introduz sem equívocos a orientação lingüística que a avaliação destes textos pode tomar: as realizações gráficas contrastantes com as esperadas para determinada época demonstram os vestígios de uma conceituação lingüística de quem a escreveu, o que possibilita reflexões sobre a natureza de estruturas da língua. E, em se tratando de textos de épocas anteriores, esta falta de convencionalismo apóia a datação de fenômenos de mudança fonética e fonológica.

Para ela, quando se estreita a perspectiva, e se opta por uma abordagem lingüística da escrita e da ortografia, imediatamente se tropeça na necessidade de conciliar noções fonológicas, morfológicas, lexicais, semânticas, neurológicas e cognitivas com a situação prática que é a do envolvimento dos falantes com o texto escrito (MARQUILHAS, 2000, p. 230).

Assim, uma concepção ampla de ortografia, como vertente institucionalizada de um sistema de princípios abstratos, ou seja, a escrita, variável segundo os contornos da sociedade em que vigora, torna desnecessário que nela se integre a noção de uniformidade, pois como lembra a autora, a “*ortografia uniforme* surge no Ocidente em épocas bem recentes porque depende de uma centralização de instituições que só com o *estado moderno* se conseguiu atingir.” (MARQUILHAS, 2000, p. 233) Para a língua portuguesa, por exemplo, essa uniformidade se dá em 1911, a partir de uma Comissão criada com o propósito de “fixar as bases da ortografia”, e inclua-se aí também a pontuação, para o ensino e as edições oficiais (MARQUILHAS, 2000).

Diversos são os tipos de edição à disposição dos profissionais desta área. Portanto, para se eleger um tipo que servirá de modelo para determinado trabalho há que se verificar a finalidade pretendida para o resultado final, assim como as características do material que se tem em mãos.

Para o uso dos especialistas são enfaticamente recomendadas as edições que apresentam um caráter conservador, mantendo o texto em sua integridade lingüística exata. Para isso, são estabelecidos critérios que devem ser indispensavelmente explicitados na edição final.

O conceito de edição diplomática informa que esta é a reprodução de um documento de forma clara e idêntica, respeitando a disposição gráfica do texto original, utilizando-se de meios tipográficos para a manutenção da escrita do original, não havendo correção de nenhum erro mesmo que evidente, nem introdução de sinais de pontuação ou adaptação ortográfica; mantendo todas as abreviaturas e ligaduras assim como se encontram no original.

Para realizar tal empresa, o profissional desta área deve conhecer a língua em que foi escrito o texto e as características lingüísticas da época de sua confecção. Além disso, precisa ser perspicaz e conhecer as suas limitações, pois os documentos podem estar estragados, rasurados, danificados. Deve, ainda, conhecer as abreviaturas; as dificuldades para decifrar a caligrafia; as simbologias da época e ter cuidado com as adulterações do material.

Em virtude do material que tem em mãos, o editor, mesmo em uma edição conservadora, vê-se frente a algumas questões cruciais que ele precisará saber solucionar. Para tal, Claire Blanche-Benveniste (1998) recorda algumas características desta tarefa indispensáveis à interpretação de textos. Mais do que apenas decifrar o código em que o texto está escrito e “traduzi-lo” para o código que se conhece hoje, é preciso tomar certas decisões com base no conhecimento gráfico, no contexto de produção textual e nas características lingüísticas do *scriptor* captadas também através da decifração dos códigos. Desta forma, o editor estaria encarregado de identificar as letras, como, por exemplo, distinguir os *u*, os *m* e os *i* na série gráfica feita, em geral, com traços muito semelhantes. Evidentemente que isso é feito levando-se em consideração o sentido do texto. Ainda, o editor deve levar em consideração as eventuais faltas dos copistas (neste caso, denominados *scriptores*), devendo tentar identificá-las e explicá-las para restabelecer o texto de maneira que ele seja útil para estudos futuros das mais variadas áreas (BLANCHE-BENVENISTE, 1998).

***2 Dietario das vidas e mortes dos monges, q’ faleceráo neste Mosteiro de S. Sebastião da Bahia da Ordem do Principe dos Patriarchas de S. Bento***

Ao longo dos 221 fólhos que compõem o *Dietario das vidas e mortes dos Monges, q' falecerão neste Mosteiro de S. Sebastião da Bahia da Ordem do Principe dos Patriarchas S. Bento* aparecem história comuns, e histórias bizarras, portanto, ao início dos relatos, lê-se a seguinte advertência:

*Em cumprim.<sup>io</sup> ao decreto do <†> [†SS<sup>mo</sup>] P.<sup>e</sup> Urbano oitavo, protesto q' nestas vidas de Monges, q' escrevo, q.<sup>do</sup> referir algum caso milagroso, algum beneficio especial de Deos; e quando disser, q' passarão a Bemaventurança, e da m.<sup>ma</sup> sorte quando fallar algumas veses nesta palavra Santo, q' tudo isto he disendo respeito – aos costumes, e nas acções, e não as pessoas, e q' tambem não paraq' se lhe de ② outro credito, mais do que aquelle, que mereceo a fé humana.*

O tom de todo relato é de bastante comoção religiosa. Os monges são numerados por ordem cronológica de falecimento, relatando de forma breve a vida e as obras religiosas de cada um; indicando local de nascimento, de profissão, suas funções na vida monástica, motivos de sua morte e os detalhes de seus últimos momentos; assim como a data de sua morte e o nome do Abade da época em questão.

Acrescentam-se a isso, em alguns casos, narrativas mais alongadas quando há casos peculiares a relatar, como o do monge que foi expulso por 3 vezes e por 3 vezes foi readmitido no Mosteiro; o do Monge que deixa a casa monástica para juntar-se a uma mulher; o do Monge que, adiantado em anos, apresentava sinais de esclerose, e protagonizava cenas quixotescas.

### 3 Edição do *Dietário*

#### 3.1 Histórico da edição

O *Dietário* é um documento de uso quotidiano nos mosteiros. Ele relata a história do Mosteiro de São Bento da Bahia e da própria Bahia através do resumo da vida de cada um dos monges que passou por ali ao longo desses anos.

Durante a refeição do meio-dia, o “leitor” lê para os demais, “o monge do dia” – isso se refere à data de falecimento de cada monge. Em função do uso contínuo, com o passar do tempo, esse documento foi ficando bastante desgastado.

Em virtude disto, este trabalho de edição foi iniciado há quase oitenta anos, por um monge – Dom Clemente da Silva Nigra, OSB –, que na época era bibliotecário do Mosteiro. Ele procedeu a uma transcrição, ainda manuscrita, para leitura no refeitório. Nesta transcrição foram mantidas todas as abreviaturas e o texto foi mantido praticamente na íntegra, com exceção de algumas alterações arbitrárias na “gramática do texto” e alguns saltos-bordões. Ao longo do documento original encontram-se alterações feitas a lápis e a tinta, por este monge, além de vários comentários feitos às margens. Ademais, Silva Nigra inseriu uma numeração de páginas. Todas as alterações, por sua vez, têm caráter de “correção gramatical” e “correção” de datas e dados.

Nos anos 80, um outro monge, Dom Gregório Paixão, OSB, datilografou o texto do *Dietário*, também para cumprir a função de leitura diária, a partir da transcrição manuscrita feita na década de 1930. Anos depois, esse mesmo monge, procedeu à digitação de todo o texto com base no material datilografado por ele. Ambos os monges, embora sem conhecimentos filológicos, buscaram manter o texto na sua forma original, fazendo o que se poderia denominar de uma transcrição diplomática.

### 3.2 Descrição extrínseca do material

O livro, com encadernação que data de época posterior (séc. XX), feita em percalina com bordas e lombada em couro, em um único volume, apresenta 221 fólios escritos em tinta preta metalogálica, por vezes já descorada, e mais 32 fólios finais em branco.

O volume sofreu a ação de insetos, encontrando-se, quase todos os fólios, com inumeráveis falhas devidas a cupins e brocas. Ainda, em diversos pontos, a tinta metalogálica corroeu o papel. Nota-se também o escurecimento, por oxidação, de praticamente todo o suporte. Nos fólios finais do documento, a tinta utilizada desbotou consideravelmente, ganhando uma coloração amarelo-clara, o que também dificulta a leitura.

Praticamente todo o volume passou por um processo primitivo de restauro no qual se fazia a colagem de um papel de seda com cola comum por sobre o fólio original. Com o passar do tempo, este papel do suporte oxidou, o que o escureceu; e o papel de seda descolou do suporte, provocando bolhas de ar entre um material e outro, o que terminou por comprometer também a leitura.

A relevância maior deste documento está no fato de que suas informações alcançam um período de cerca de 234 anos, relativos aos séc. XVI, XVII, XVIII e XIX, e embora referentes, todos, diretamente à vida dos Beneditinos da Bahia, trazem informações de caráter político, social, militar, econômico, genealógico, geográfico e histórico de grande importância para a história geral da Bahia e do Brasil.

Como este documento foi escrito ao longo dos anos o volume apresenta traços de, pelo menos, 5 mãos diferentes, cada *scriptor* com características peculiares de grafia, formas específicas de abreviaturas, quantidade de linhas por fólio, vocabulário, etc. Em função disto, optou-se, para o trabalho de edição, por caracterizar, de maneira geral, a escrita de cada *scriptor* separadamente.

### 3.3 Proposta para o trabalho de edição

Este documento será objeto de 3 tipos diferentes de edição:

- a) a primeira delas será uma edição diplomática feita em Word, para ser impressa em papel, tendo critérios rigorosamente conservadores. Esta edição tem o objetivo de oferecer a especialistas dados lingüísticos fiéis e completos. Esta se fará acompanhar de um estudo detalhado das abreviaturas e das características da escrita de cada *scriptor*, e um breve estudo lingüístico;
- b) a segunda será uma edição em formato digital, na qual os desdobramentos das abreviaturas e os comentários do editor serão apresentados em *hiperlink*, em formato *html*; e
- c) e a terceira deverá conter uma versão modernizada do texto do *Dietário*. Esta edição será realizada a pedido do próprio Mosteiro, com o intuito de divulgação do conteúdo a um público mais amplo e para facilitar a leitura diária deste documento feita no refeitório da Abadia.

O trabalho que se realiza no momento é o cotejo das transcrições iniciais feitas pelos dois monges, com o documento original, utilizando-se para isso os critérios de edição diplomática. Além disso, faz-se, concomitantemente ao cotejo, o levantamento das características de cada um dos *scriptores*; uma descrição externa do material e um estudo de todas as abreviaturas presentes ao longo do texto, destacando-as uma a uma e

considerando-as nas suas especificidades, apontando, por exemplo, duas formas idênticas que, no entanto, diverjam pela presença ou não de ponto.

Optou-se para este documento, em função dos objetivos previstos, por uma lição conservadora, para qual foram utilizados alguns dos critérios expostos a seguir, elaborados de acordo com as necessidades surgidas ao longo das transcrições:

- respeita-se, dentro do possível, a disposição gráfica do texto na página. Para tal, toda a transcrição é feita dentro de tabelas em formato de arquivo *.doc*, o que evita *desformatações* acidentais;
- numeram-se as linhas dos fólios contando apenas aquelas preenchidas com escrita ou sinais muito particulares do *scriptor*. Desta forma, as linhas são numeradas de cinco em cinco, a partir da primeira;
- a grafia original dos textos é conservada na íntegra, mesmo nos casos em que fica claro o lapso do *scriptor*;
- as abreviaturas não são desdobradas na transcrição em sua versão em papel; no entanto, esta, como se disse, será acompanhada por um estudo detalhado das abreviaturas. Já, na versão digital, o desdobramento das abreviaturas estará disponíveis em *hiperlink* ao longo da transcrição;
- na medida do possível, são respeitadas as separações e/ou ligações do documento original, no entanto, na maioria dos casos, o fato parece se dar simplesmente em função do processo de escrita da época, no qual era hábito não levantar a pena do papel enquanto ainda houvesse tinta nela;
- indica-se a partição silábica com o auxílio de hífen quando o *scriptor* assim o fizer, reservando-se o travessão maior para indicar o traço de preenchimento da linha (coisa que, ao que parece, apenas o primeiro *scriptor* utiliza), apenas quando este é utilizado no original;
- observações adicionais do editor, por não serem numerosas, são expostas em notas de rodapé;
- notas marginais do *scriptor* são transcritas em fonte menor, e nas suas respectivas margens, trabalho facilitado pelo uso de tabela;
- as alterações (rasuras, substituições, supressões, etc.) realizadas ao longo da escrita (pelos próprios *scriptores*) são inseridas no texto da transcrição, utilizando-se para isso, alguns operadores – alguns tomados de empréstimo à crítica genética –, como os que se vêm a seguir:

(†) rasura ilegível;

[†] escrito não identificado;

(...) leitura impossível por dano do suporte;

/ \*/ leitura conjecturada;

< > supressão;

( ) rasura ou mancha;

<†> supressão ilegível;

[ ] acréscimo;

[←] acréscimo na margem esquerda;

[→] acréscimo na margem direita;

[↑] acréscimo na entrelinha superior;

< > / \ substituição por sobreposição; etc.

- as alterações feitas por Silva Nigra no documento original, por parecerem relevantes, foram indicadas em nota de rodapé acompanhadas das seguintes informações: APFL = alteração posterior feita a lápis; APFT = alteração posterior feita a tinta.
- da mesma forma, foi mantida a numeração dos fólios lançadas posteriormente por Silva Nigra.

### 3.4 Abreviaturas

Uma das características mais marcantes dos textos manuscritos até o séc. XIX é a presença abundante de abreviaturas. Até o momento foi transcrito cerca de 50% do texto e quase 200 abreviaturas já foram localizadas.

Ordinariamente as abreviaturas são por contração ou por letra sobreposta (agradecim.<sup>to</sup> = *agradecimento*); quase sempre são suprimidas vogais (aq.<sup>m</sup> = *a quem*), ficando as consoantes que são mais informativas (POTTIER, 1976); muitas vezes, suprimen-se ditongos (Cadr.<sup>as</sup> = *Cadeiras*), e normalmente são suprimidas duas letras (catolicam.<sup>te</sup> = *catolicamente*). As abreviaturas por suspensão utilizando-se apenas a primeira letra de cada palavra são reservadas às referências aos religiosos (D. = *Dom*; M. R. P. = *Mui Reverendíssimo Padre*).

Há diversas formas, utilizadas, por vezes, por um mesmo *scriptor*, para se referir a uma mesma palavra (Most.<sup>o</sup> = *Mosteiro*; Moste.<sup>to</sup> = *Mosteiro*; Mostr.<sup>o</sup> = *Mosteiro*). Por vezes, são utilizados números arábicos para compor as abreviaturas mistas (8.<sup>bro</sup> = *outubro*).

Ao longo do trabalho de edição são destacadas, em especial, as formas utilizadas para fazer referência aos religiosos, por se mostrarem bastante curiosos: encontra-se, às vezes, 5 formas pronominais de tratamento para se referir a um único religioso (p. ex. M. R. P.<sup>e</sup> Ex. Abb.<sup>e</sup> Fr. = *Mui Reverendissimo Padre Excelentissimo Abbade Frei*; M. R. P.<sup>e</sup> Preg.<sup>or</sup> Geral F.<sup>r</sup> = *Mui Reverendissimo Padre Pregador Geral Frei*)

### 3.5 Análise lingüística do texto

A partir da análise do texto do *Dietário...*, que, como se disse, é escrito por diferentes mãos ao longo do tempo, alguns fatos grafemático-fonéticos chamam a atenção. O segundo *scriptor*, particularmente, mostra mais violações de grafia do que o primeiro, por isso foi eleito para este trabalho:

- a) a grafia <ão> para o ditongo átono [ãw],
  - na terceira pessoa do plural em formas do pretérito perfeito do indicativo: *acompanharão, chamarão, concederão, derão, desempenharão, escusarão, fiserão, introduzirão, mandarão, offerecerão, pegarão, prepararão, quizerão, recomendarão, unirão, vivião*);
  - no pretérito imperfeito do indicativo (*applicarão, consertarão, desejarão, empenharão, frequentarão, havião, mandarão, necessitarão, permitirão, realsarão, trasião, uzarão, vinhão*);
  - e no presente do indicativo (*queixão*);
- b) a grafia <he> para [ɛ] tônico, terceira pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *ser*;
- c) a grafia de <c>, <ç> <ss> e <s> para o fonema [s], conforme as regras atualmente vigentes: *mereceo, pretenções, podesse, seo*;
- d) a grafia <ae> e <eo> para os ditongos átonos [ay] (*quaes, pae, principaes*) e [ew] (*concedeo, faleceo, desapareceo, elegio, seos, Deos*);

- e) e a grafia <io> para o ditongo átono [iw] (*descobrio*);
- f) a grafia CVr ao lado da grafia CrV, mostrando a existência das duas variantes, a padrão ao lado daquela com metátese do [r], pois ao lado de *pretenções*, encontra-se grafado *pertende*.<sup>2</sup>

A presença destas formas corrobora a escolha por uma edição estritamente conservadora.

## Conclusão

Claire Blanche-Benveniste (1998) chama atenção para o fato de que nos textos manuscritos medievais é usual que o editor não corrija as grafias do texto, pois estas são características de um estado antigo da língua, o que significa que toda modernização seria uma espécie de traição. No entanto, para textos mais recentes o problema se apresenta de formas diversas. Quanto mais antiga é a época do texto, mais normal parece ser o fato de respeitar a grafia.

Edições modernizadoras têm sua função específica e são de grande utilidade quando o objetivo do trabalho é prioritariamente dar acesso, a um público mais amplo, ao conteúdo do texto em questão. No entanto, claro está que esse tipo de edição torna-se absolutamente sem valor para os estudos lingüísticos, posto que subtraem dos que a consultam a possibilidade de perceber no texto características de um estado de língua nos mais variados aspectos: sejam eles sintáticos, semânticos, morfológicos ou fonológicos.

Como os dados lingüísticos de séculos passados têm praticamente como única possibilidade de estudo os textos preservados através do tempo, a edição conservadora é uma das ferramentas mais importantes e indispensável para o trabalhos lingüísticos nesta linha. Portanto, a edição deste material tem dois objetivos bastante distintos, propõem-se as três edições aqui referidas.

## Referências Bibliográficas

- ACCIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil colonial: um guia para leitura de documentos manuscritos*. Recife: EDUFPE; Fund. Joaquim Nabuco; Massangana, 1994.
- AUDISIO, Gabriel; BONNOT-RAMBAUD, Isabelle. *Lire le français d'hier: manuel de paléographie moderne (XV<sup>ème</sup>-XVIII<sup>ème</sup> siècles)*. Paris: Armand Colin, 1991.
- BLANCHE-BENVENISTE, Claire. *Estudios linguisticos sobre la relación entre oralidad y escritura*. Barcelona: Gedisa, 1998.
- BLEUCA, José Manuel; GUTIÉRREZ, Juan; SALA, Lúcia (Ed.). *Estúdios de grafemática em el domínio hispânico*. Colômbia: Imprenta Patriótica del Instituto Caro y Cuervo, 1998.
- BLOOMFIELD, Leonard. *Lenguaje*. Lima: USMSM, 1964.
- CANO AGUILAR, Rafael. *Introducción al análisis filológico*. Madrid: Editorial Castalia, 2000.

---

<sup>2</sup> Todas essas questões foram apresentadas e discutidas no II Seminário Internacional de Fonologia da PUCRS, em 2007.



CONDÉ, Gérard D'Arundel de. *Apprendre a lire les archives: 100 exercices pratiques* (XV<sup>ème</sup>-XIX<sup>ème</sup> siècles). Paris: Christian, 1996.

CONTRERAS, Lidia. *Ortografia y grafémica*. Madrid: Visor, 1994.

CONTRERAS, Luis Núñez. *Manual de paleografía: fundamentos e historia de la escritura latina hasta el siglo VIII*. Madrid: Catedra, 1994.

MARQUILHAS, Rita. *A Faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2000.

MARQUILHAS, Rita. *Norma gráfica setecentista: do autógrafo ao impresso*. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica; Centro de linguística da Universidade de Lisboa, 1991.

MARTINEZ ORTEGA, Maria de Los Angeles Martínez. *La lengua de los siglos XVI y XVII: a través de los textos jurídicos los pleitos cíviles de la escribana de Alonso Rodriguez*. Valladolid: Secretariado de Publicações, 1999.

NÚÑEZ CONTRERAS, Luis. *Manual de paleografía: fundamentos e história de la escritura latina hasta el siglo VIII*. Madrid: Catedra, 1994.

ORTEGA, Maria de los Ángeles Martínez. *La lengua de los siglos XVI y XVII através de los textos jurídicos, los pleitos cíviles de la escribana de Alonso Rodriguez*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1999.

PICCHIO, Luciana Stegagno. *A Lição do texto: filologia e literatura (Idade Média)*. Lisboa: Edições 70, 1979. (Coleção Signos, 20)

POTTIER, Bernard. *Linguística General: teoria y descripción*. Madrid: Gredos, 1976.

PROU, Maurice. *Manuel de paléographie latine et française*. Paris: Alphonse Picard, 1910.

ROMAN BLANCO, Ricardo. *Estudos paleográficos*. São Paulo: Laserprint, 1987.